

# ESPAÇO E SUBJETIVIDADE: UM DIÁLOGO PERTINENTE EM GOFFMAN E FOUCAULT

**Israel Pinheiro Matos**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia - UFAM e Bacharel em Ciências Sociais

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo interpretar elementos das obras de Erving Goffman e Michel Foucault em que o conceito de espaço seja relevante para o entendimento do conjunto de características e elementos apresentados pelos autores a respeito da produção de subjetividades em determinados contextos. Se utiliza dessa maneira os debates produzidos nos livros *Manicômios, prisões e conventos* e *Vigiar e punir: nascimento das prisões*, na elaboração de um espaço interativo e do conceito espaço-poder. O artigo se divide em duas seções importantes: uma dedicada à compreensão do espaço relacional em Goffman e, em seguida, o entendimento através dos argumentos acerca do espaço na obra de Foucault, tendo em vista possíveis diálogos entre os autores ao longo de toda argumentação.

## INTRODUÇÃO

O espaço é um conceito chave de interpretação sociológica, como forma de compreender os modos de interação entre os sujeitos, nos seus modos de fazer e nas posições que tomam em relação a outros. O espaço não é apenas um receptáculo em que significados são substancialmente imprimidos ou mesmo

separados das próprias relações interativas em sociedade, mas parte integrante dos mecanismos sociais. Nesse sentido, o presente artigo visa tecer algumas reflexões pertinentes sobre o conceito de espaço como um mecanismo de produção de subjetividade, procurando concatenar elementos sociológicos produzidos nas obras *Manicômios, prisões e conventos*, de Erving Goffman, e *Vigiar e Punir: nascimento das prisões*, de Michel Foucault.

Essas duas obras trazem elementos basilares para a construção de uma sociologia dos espaços sociais, pois nos apresentam conceitos como instituições totais, carreiras morais, mundo social, controle, individualidade, disciplina, saber-poder, elementos que encontram no espaço mecanismos de instrumentalização e de interações sociais. Tendo em vista a complexidade de todas essas obras, pretende-se analisar de forma fragmentada determinados elementos apresentados pelos autores, sem deslocar conceitos da totalidade das obras, conceitos essenciais para a compreensão da função do espaço na elaboração da teoria desses dois autores.

A preocupação com esses aspectos se torna relevante à medida que podemos acompanhar, nos processos de construção espacial, elementos de controle

social estabelecidos, que delimitam comportamentos, relações e sentidos sociais dentro de aspectos da vida cotidiana. Nesse sentido, o espaço é o lugar onde a vida acontece, mas também é o que torna possível esse cotidiano acontecer.

Essa preocupação com a vida cotidiana perpassa uma concepção de que, mesmo nos locais ou lugares que seriam tidos como fora do campo de produção, reproduz e produz subjetividades que passam a se inter-relacionar no tempo e no espaço, compondo dessa forma aquilo que compreendemos como individualidade. Essa individualidade, longe de um individualismo, não existe em si como uma ilha no oceano, mas se compõe a partir de uma rede de relacionamentos produzidos constantemente e dispostos sobre regras sociais.

Proponho, nesse artigo, caminhar na direção de uma abordagem reflexiva que não se ampara em um subjetivismo extremo, em que o indivíduo produziria a si mesmo ou seria um ser autônomo descolado e flutuando em um espaço subjetivo eterno, ou ao peso de um estruturalismo generalizante no qual o indivíduo é apenas um anexo social dentro desse conjunto de estruturas. Penso que a possibilidade de construir uma reflexão entre conceitos tão distintos apresentados por autores que se encontram em tempos e contextos sociais diferentes é um desafio. Para tanto, como ponto de confluência entre os autores, utilizarei a conceituação de espaço, esperando poder encontrar sentidos sociológicos importantes para uma análise socioespacial.

### **A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS INTERATIVOS: POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO DO ESPAÇO RELACIONAL EM GOFFMAN**

É interessante levar em consideração que Erving Goffman lança em 1961 o livro *Manicômios, Prisões e Conventos (Asylums – Essays on the social situation of mental patients and other inmates)*, um conjunto de ensaios sobre as experiências que o sociólogo desenvolveu em instituições de saúde mental, dando um peso maior ao Hospital St. Elizabeth. O

sociólogo preocupou-se com o mundo dos internos, mundo que é delimitado por elementos particulares que envolvem sujeitos classificados como pacientes mentais. Nesse período, os processos de cuidado, de internamento e de diagnóstico a respeito de transtornos psíquicos recaía diretamente sobre agentes especializados que definem os padrões mentais de normalidade e anormalidade<sup>1</sup> – não muito diferente dos dias atuais. Goffman procura apresentar elementos de um tipo de cultura que perpetua a posição desses sujeitos dentro desse mundo de internos.

Entre esses elementos, que ressalta como características, desenvolve o conceito de instituição total, isto é, um local específico dentro da sociedade em que determinados condicionamentos são constituídos para a classificação, exame, experimentação e definição de posições e de sujeitos. Ele define como sendo:

[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administradas. [...] Os estabelecimentos sociais – instituições, no sentido diário do termo – são locais, tais como salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas, em que ocorre atividade de determinado tipo. (GOFFMAN, 1974, p. 11 – 15)

Um lugar específico com um objetivo comum não é uma instituição total, apesar de características semelhantes serem encontradas em uma empresa, fábrica e em algumas comunidades. Todavia, o caráter de seu isolamento físico é parte importante pra sua definição. Essa tentativa de exclusão de um determinado lugar tende a desenvolver uma determinada função ou objetivo com os indivíduos que compõem o seu funcionamento. Tem-se o exemplo das prisões, manicômios ou mesmo internatos, em que os sujeitos tendem a ter suas vidas administradas constantemente por outra comunidade de indivíduos.

1 A força do corpo médico, enquanto agentes e produtores de instrumentos de classificação, ainda é extremamente forte nos dias de hoje. A diferença se trata na alteração que essas instituições totais tiveram ao longo do século XX e que a partir do movimento de reforma manicomial, bem como a construção de um discurso humanista no tratamento com as pessoas que sofriam transtornos mentais, houve significativas mudanças no trato, assim como no processo de classificação e admissão desses sujeitos em espaços de tratamento, que não seguem mais – ou pelo menos não deveria seguir – uma linha de confinamento em um espaço de controle como um manicômio.

Esses mecanismos interacionais entre as comunidades que compõem o funcionamento de uma instituição é o que Goffman chama de mundo institucional, lugar em que os sujeitos compartilham um conjunto de signos semióticos desenvolvidos e apreendidos através de comportamentos interativos nesses espaços, isto é, comportamentos relacionados como modos de falar, maneiras de agir, ou posições dentro do espaço. No entanto, apesar de falar de instituições, ele indica que não estará apresentando elementos particulares de um tipo de instituição, mas características comuns:

[...] nenhum dos elementos que irei descrever parece peculiar às instituições totais, e nenhum parece compartilhado por todas elas; o que distingue as instituições totais é o fato de cada uma delas apresentar, em grau intenso, muitos itens dessa família de atributos. Ao falar de 'características comuns', usarei a frase de uma forma limitada, mas que em parece logicamente defensável. Ao mesmo tempo, isso permite usar o método dos tipos ideais, através dos estabelecimentos de aspectos comuns, com a esperança de posteriormente esclarecer diferenças significativas. (GOFFMAN, 1974, p. 17)

Ao apresentar essas características físicas a respeito do local que tem como objetivo moldar comportamentos, a partir de definições socialmente produzidas pela própria ciência, o autor nos apresenta os elementos necessários para entender o confinamento de sujeitos dentro desse espaço físico, que envolve muros altos ou cercas elétricas, localização afastadas de um meio urbano.

Essas instituições, na verdade, cumprem o papel de definição de subjetividades funcionalmente aceitas, pois se trata de lugares onde o controle dos internos perpassa por agentes de conhecimentos ou autoridades sociais. No caso do manicômio, por exemplo, tem a figura do corpo médico e das autoridades que interagem com os técnicos e enfermeiros. Os médicos dificilmente lidam diretamente com os internos. Assim sendo, o lugar do médico é o mais distante possível dos locais de convivência e de atividades dos internos, apesar de esse profissional ter acesso a todos esses lugares, ao mesmo tempo em que pode

acionar um mecanismo de vigilância constante na comunidade institucional, como forma de manter o controle do desenvolvimento do paciente dentro da instituição.

O mundo social desenvolvido dentro desses lugares acaba por constituir regras específicas de convivência para a manutenção do próprio lugar. Os espaços são delimitados territorialmente ou regionalmente a partir da maneira como os sujeitos interagem e como as comunidades dentro desses espaços se interligam. Dessa forma, o lugar dos "internos violentos" é diferente do lugar dos "internos não violentos", do mesmo modo que o trato dos técnicos e enfermeiros com estes são diferenciados.

Esses espaços poderiam ter sido definidos anteriormente no processo de elaboração da planta de um prédio que viria a ser um hospital de pacientes mentais. No entanto, somente no momento em que os sujeitos compartilham esses espaços em relações sociais é que de fato os lugares de cada um podem ser assumidos.

Ao mesmo tempo em que a instituição é um lugar que contém os sujeitos, ela também é parte da definição de cada sujeito, em processo de incorporação de uma linguagem específica, que no caso do estudo de Goffman identificou como sendo mundo social específico que se encontra em constante relação. Dessa maneira, o espaço desse mundo é um espaço relacional que torna possível o funcionamento da própria instituição através dos sujeitos que a compõe, do interno ao médico chefe.

Essa instituição, entretanto, comunica um determinado aspecto da própria sociedade em que vivemos, que é o lugar do paciente mental, que envolve distanciamento, exclusão e individualização desses sujeitos. Faz-se importante ressaltar que esse distanciamento não é somente físico, mas envolve mecanismos de distinção e reconhecimento do outro como sendo aquilo que lhe é atribuído, isto é, o eu do outro é colocado em suspensão mesmo com a proximidade física por conta do lugar que ocupa dentro das relações. A exclusão envolve uma forma de controle do eu social, que delimita o acesso a informações sobre si, o modo como recebe e o limite em que devem ser mantidas as ações dos sujeitos. Dessa maneira, o processo de exclusão não ocorre somente separando o sujeito da sociedade, mas a partir do não reco-

nhecimento do eu dos sujeitos, concomitantemente a uma exclusão espacial. Logo, trata-se de uma exclusão subjetiva do sujeito inserido dentro do mundo social pertencente ao paciente mental.

Ambos os processos são apresentados através dos mecanismos de deterioração do eu que as instituições totais desenvolvem para a entrada do sujeito como interno e para delimitar o lugar social dentro das instituições. O sociólogo chama esse processo de mortificação do eu:

[...] o seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. Os processos pelos quais o eu da pessoa é mortificado são relativamente padronizados nas instituições totais [...] A barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu. (GOFFMAN, 1974, p. 24)

Nesse sentido, as interações dos sujeitos dentro das instituições totais são mediadas através de processos instrumentalizados, que acabam por mortificar o eu, ao distanciá-lo de emoções, sentidos e memórias de si mesmo, excluindo de relações que tornava antes da entrada na instituição – relações com familiares, amigos, vizinhos – com o objetivo de compor uma individualização específica, que pretende colocar esse eu dentro da normalidade social. Assim, o indivíduo precisa passar pelo processo de individualização através dos mecanismos de controle do corpo e de sua subjetividade. A carreira moral do paciente mental é, na verdade, a série de eventos que colocaram o eu do sujeito em situação de internamento.

Essa série de eventos passa a ser mensurada dentro do espaço relacional do eu com a instituição, ou melhor, do sujeito com a comunidade técnica e médica, que definem até que ponto esse processo de individualização – que envolve a constituição de subjetividades – necessita ocorrer e, mesmo que esse sujeito chegue a sair da instituição, sua carreira moral perpetua-se no tempo e nos espaços para além dos espa-

ços da instituição total, na direção da sociedade.

Pode-se notar que Goffman elabora esse espaço físico como o campo de inter-relação que classifica o sujeito após sua passagem pelo local, esse espaço relacional construído com uma linguagem própria que institui posições aos sujeitos dentro de seu espaço físico e fora deste. Essa linguagem é filtrada para o desenvolvimento do que pode ser chamado de idiomas próprios que visam classificar os sujeitos dentro da instituição:

Os processos de admissão e os testes de obediência podem ser desenvolvidos numa forma de iniciação que tem sido denominada de ‘boas-vindas’- onde a equipe dirigente ou os internados, ou os dois grupos, procura dar ao novato uma noção clara da situação. Como parte desse rito de passagem ele pode ser chamado por um termo como ‘peixe’ ou ‘calouro’, que lhe diz que é apenas um internado, e, mais ainda, que tem uma posição baixa mesmo nesse grupo baixo. (GOFFMAN, 1974, p. 27)

A nomeação ou numeralização do sujeito, à medida que adentra no espaço de internação, é um retrato do processo de admissão dentro da comunidade. Essa mutilação de renomeação pressupõe uma posição dentro das relações estabelecidas dentro das instituições. Assim, o peixe ou o calouro são nomeações de posição para designar o recém-chegado ou o novato, bem como para condicionar disposições de ações dentro desse espaço. Essas formas de nomeação ocorrem também à medida que a comunidade médica – que dentro desse mundo social da instituição total são as autoridades legítimas – classifica o paciente pelo número, pelo sobrenome ou pela patologia atribuída.

Esse conjunto de classificação pautado na linguagem específica só tem sentido se advém da estrutura referencial à qual pertence; o peixe só é peixe enquanto estiver dentro do espaço interativo em que os ajuntamentos ou comunidades estão agindo mutuamente, pois à medida que adentra os espaços fora da instituição sua posição muda, assim como muda à proporção que entende as regras desse idioma institucional. Apesar disso, o peso da classificação e nomeação é demarcado pelo lugar por onde se passou. Isso quer dizer que a carreira moral do paciente

mental continua lhe seguindo mesmo em outros lugares, sendo utilizado por outros como mecanismo de aceitação (como em grupos ex-detentos ou grupos de apoio a sofrendores de transtornos psíquicos) ou como mecanismo de deterioração do eu civil – no caso de barreiras impostas para ex-detentos ou ex-internos para se conseguir empregos e acessar uma vida civil:

No ciclo usual de socialização dos adultos, esperamos que a alienação e a mortificação sejam seguidas por um novo conjunto de crenças a respeito do mundo e uma nova maneira de conceber os eus. No caso do paciente de hospital psiquiátrico, esse renascimento corre às vezes, e apresenta a forma de uma crença muito forte na perspectiva psiquiátrica, ou, pelo menos por um curto período, uma devoção à causa social de melhor tratamento para doentes mentais (GOFFMAN, 1974, p. 143).

Esse conjunto de crenças é, na verdade, a incorporação da subjetividade institucional, isto é, a crença que esse espaço pode ser mudado ou melhorado para exercer de fato a função que deveria exercer, que seria de recuperar os sujeitos “desviados”. No entanto, o que ocorre é que a instituição inaugura uma carreira moral, que posiciona o sujeito dentro das relações para além do espaço da instituição. Impende lembrar que as instituições totais são um conjunto que envolve práticas específicas sobre os indivíduos, que se comunicam entre si para a manutenção desses indivíduos ao longo do resto de sua carreira.

O termo “carreira” usado por Goffman nos ajuda a compreender que se trata de uma série de eventos que delimitam os sujeitos no espaço e no tempo, que acaba por mudar as relações que este sujeito possui com os outros. De forma, o espaço da instituição é que comunica a condição do sujeito. Ressalte-se que é o espaço relacional da instituição total que define a carreira, mesmo que anteriormente ele possa ter sido identificado com problemas mentais; somente ao adentrar no espaço físico e ser classificado por ele que sua carreira moral é estabelecida:

A carreira moral de uma pessoa de determinada categoria social inclui uma sequência padronizada de mudanças em sua maneira de

conceber os eus – entre os quais se coloca, de maneira importante, o seu próprio. Essas linhas semiesquecidas de desenvolvimento podem ser acompanhadas pelo estudo de suas experiências morais – isto é, acontecimentos que marcam um momento decisivo na maneira pela qual a pessoa vê o mundo – embora possa ser difícil verificar as particularidades dessa interpretação. E é possível notar estratégias manifestas – isto é, posições que efetivamente assumem diante dos outros, qualquer que seja a natureza oculta e variável de sua ligação íntima com tais apresentações. [...] Cada carreira moral e, atrás desta, cada eu, desenvolve-se dentro dos limites de um sistema institucional, seja um estabelecimento social – por exemplo, um hospital psiquiátrico – seja um complexo de relações pessoais e profissionais (GOFFMAN, 1974, p. 142).

Nesse ponto da argumentação, faz-se importante entender que a constituição de um espaço interativo – conceito que Goffman não desenvolve nessa obra – é esse o conjunto de relações construídas dentro e fora das instituições totais que manuseia a representação do eu dos sujeitos à medida que estes mantêm suas relações e desenvolvem suas ações dentro desses espaços. Nesse sentido, espaço tende a aparecer como um meio comunicador de regras e de classificador de posições. À medida em que essa interatividade se altera no tempo o espaço vai se modificando ou mesmo se corroendo. Fraya Frehse aduz:

[...] o espaço como configuração constituída pela interação de interações. Trata-se de uma abstração teórico-metodológica, construção do sociólogo que permite compreender o que separa e une socialmente os indivíduos em grupos. Assume, assim, relevância uma concepção peculiar de espaço – propriamente social [...] Goffman associa as regras de conduta vigentes nas interações face a face a ‘rituais de evitação’ e de ‘apresentação’ que integrariam a atividade cerimonial da deferência, importante medida ritual feita por indivíduo a outro durante a interação na vida cotidiana (FREHSE, 2008, p. 157).

Essa construção do espaço interacional de Goffman, nesse período, pode ser compreendido como a intenção de um aporte conceitual e teórico que visaria conciliar ou pelo menos mediar o pressuposto simelliano e durkheimiano de espaços, o primeiro pautado na interação subjetiva dos indivíduos; outro pautado na estrutura social que compõe os grupos sociais. Em todo caso, Goffman estaria caminhando entre esses pressupostos, propondo uma via que levasse em consideração também a intenção da representação do eu e as distâncias dos papéis sociais assumidos pelos sujeitos e isso só seria possível a partir de uma concepção espacial relativa.

Relativa que é dinamicamente modificada pela interatividade dos sujeitos dentro dos espaços sociais, onde se encontram os ajuntamentos em que uma situação social decorre. Esse espaço é parte do ajuntamento, de modo que esses sujeitos os ocupam física e subjetivamente. Esse espaço interativo constitui simbolicamente a linguagem de um idioma específico relacionado àquele momento:

[...] eu uso o termo ajuntamento para me referir a qualquer conjunto de dois ou mais indivíduos cujos membros incluem todos, e apenas aqueles; que no momento estão na presença imediata uns dos outros. Com o termo situação social, eu me referirei ao ambiente espacial completo que transforma uma pessoa que nele penetre em um membro do ajuntamento que está (ou que então se torna) presente (GOFFMAN, 2008, p. 138).

O ambiente espacial é o mecanismo ativo que transforma as pessoas, somente à medida que as interações estejam ocorrendo nele, ou seja, a partir da projeção de sentidos atribuídos pelos sujeitos ao espaço. Assim, a construção de subjetividade no espaço perpassa os mecanismos sócio-históricos atribuídos ao espaço de forma que este lugar ou ambiente é também elemento sócio-histórico que atribui subjetividades aos sujeitos.

Isso corre porque o espaço comunica signos importantes para as relações, como, por exemplo, a maneira de se portar em uma sala de espera em determinado hospital, pois desde a infância somos condicionados socialmente a aprender a esperar, na ida à escola ou no simples deslocamento ao banheiro.

Esse mecanismo de socialização – a espera – é que torna possível saber o que fazer à medida que nos deparamos com um ambiente que apresenta o mesmo conjunto de regras, como numa sala de espera no hospital ou numa fila de um banco para pagamento de conta.

E do mesmo modo tendemos a construir o espaço à medida que subjetivamos essas regras da realidade, quando construímos alguma parte da casa, ou mesmo mudamos os móveis de lugar, quando levamos em consideração o que há na rua em determinado horário para saber se iremos circular por esses espaços ou não, estamos construindo sentidos e memórias nesses espaços.

Ocorre que, para Goffman, essa construção é interativa enquanto existir dois participantes. O vínculo entre eles é o espaço, como em uma dança em que o casal tende a movimentar-se à medida que o ritmo da música avança e a partir de movimentos apreendidos antes da dança. Mesmo ao dançar, estamos sujeitos as mais diversas interações em um salão. O casal que dança casualmente o faz a partir de experiências pregressas em que apreendeu os passos. Você simplesmente não entra em uma pista de dança de modo impulsivo se não souber um ou outro passo, sem saber movimentar-se.

Nesse sentido, o chão, o ambiente, outros casais, tudo compõe esse quadro interativo que é o espaço relacional em que se encontra os atores, ao mesmo tempo que esses espaços informam que regras devem ser observadas em determinado momento:

Se os indivíduos, ao interagirem, se expressam e manejam as impressões de seus interlocutores a respeito deles visando manter determinado self, tais expressões e impressões localizam o indivíduo na própria interação e na estrutura social por localizarem-no no espaço interacional e no social. No entanto, o crucial é que esse processo de localização se efetiva no espaço-tempo restrito da interação através de recursos comunicativos (FREHSE, 2008, p. 158).

Na verdade, ele só é capaz de se comunicar quando os sujeitos entendem os códigos do espaço e conseguem interagir com eles. Por isso que as interações face a face tendem a ser complexos meios de controle

e de construção de subjetividades do eu, pois é na vida cotidiana que se constitui os elementos essenciais para se interagir nos múltiplos espaços sociais que se têm acesso. A vida cotidiana nos apresenta os elementos semióticos essenciais para a vida em sociedade, isto é, apresenta-nos um leque de disposições para dispositivos sociais, uma vez que cada pessoa incorpora essas disposições de modo particular, engendrando uma diversidade de comportamentos. No entanto, ocorre que existe um processo de controle que transforma esses comportamentos diversos em mecanismos comportamentais standartizados, para compreensão desse processo de construção subjetiva, que também ocorre no espaço de outra forma.

### **O IMPACTO DO ESPAÇO-PODER NA SUBJETIVIDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ESPAÇO EM FOUCAULT**

O espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo. Dito de outra forma, não vivemos em uma espécie de vazio, no interior do qual se poderiam situar os indivíduos e as coisas. Não vivemos no interior de um vazio que se encheria de cores com diferentes reflexos, vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos. (FOUCAULT, 2009, p. 414)

As questões relacionadas ao espaço na obra de Foucault podem ser percebidas ao longo de várias obras em uma relação entre saber-poder e biopolítica, como conceitos centrais para compreensão do espaço desenvolvido como instrumento disciplinar ou de governamentalidade, conceito esse desenvolvido tardiamente, principalmente na obra *Segurança, Território, População*<sup>2</sup>, em que as questões a respeito da construção do espaço são retomadas a partir da obra basilar *Vigiar e Punir* de 1975. Os desenvolvimentos acerca do espaço como instrumento disci-

plinador e construtor normativo em uma sociedade disciplinar permeia toda uma construção importante dos processos de construção de corpos.

Os modos de construção de corpos marginalizados – no caso de *Vigiar e Punir* – ou de marginalização, acaba por nos apresentar os processos de construção de subjetividades para além dos muros da prisão, em que a incorporação da disciplina e a normatização da vigilância acaba por difundir-se de forma imanente por toda sociedade.

O processo de standardização dos corpos em meio à funcionalidade técnico-administrativa de uma sociedade de controle de indivíduos apresenta uma forma de espaço-poder difuso, que ocorre imanente nos processos de construção subjetivas tidas como individuais, mas que na verdade são realizadas em séries ao longo de um tempo histórico e de espaços socialmente delimitados. Isso não quer dizer que o poder esteja localizado em algum lugar específico, muito pelo contrário. Em uma sociedade pós-disciplinar como a nossa, o poder está em toda parte através das normas sancionadas. Ocorre que à medida que a disciplina subjetivada tende a reproduzir-se para além dos espaços onde nasceram, ou seja, ao longo da sociedade, ela tende a objetivar nos espaços sociais de não função econômico-administrativa, que seriam os espaços de lazer ou espaços de descanso e mesmo os espaços de trânsito.

Dessa maneira, objetifica-se na vida cotidiana, nos espaços sociais de convivência, no quarto, na sala, nos bairros, em praças, quadras poliesportivas. Nesse sentido, o espaço físico também não é apenas lugar onde se processa os fenômenos sociológicos disciplinares, mas parte do instrumento de saber que proporciona o processo de controle dos corpos, tornando-se disciplina materializada.

Tomemos o exemplo de uma praça comum, em um bairro periférico de uma cidade localizada em frente a um grande rio; uma praça com aparelhos sociais de lazer, formado por espaços recortados e definidos para diversas atividades, com ambientes para jogos de futebol, com um campo de areia cercado por grades altas para impedir que a bola saia desse espaço, ou pistas de skates onde praticantes do esporte comumente se reúnem. Esses são espaços sancionados

2 Curso dado no Collège de France (1977-1978).

para tipos de atividades específicas de lazer e, apesar da liberdade que se tem de reunir em qualquer lugar, essa praça torna-se o espaço sancionador para essas formas de atividades, de forma que, se formos avaliar que nessa mesma praça há uma sede administrativa dentro desse espaço que regula as atividades de compra, do carrinho que vende pula-pulas para crianças, regula o horário de lazer e as atividades oficiais daquele espaço.

Dessa forma, as ações de governamentalidade são expressas visivelmente nesse espaço, pois há sempre algum carro de polícia circulando ao redor da praça no momento das atividades de skatistas ou alguém informando aos jogadores de futebol que o horário de uso da quadra está findando.

Existem, no entanto, exemplos mais sutis que envolvem esses processos de controle espaciais e do corpo. Por exemplo, o sentimento de segurança expresso por uma câmera no alto de um poste por moradores que frequentam essa praça ou avisos postos por moradores sobre tipos de vestimentas para práticas esportivas. Ao passo que essas ações são permeadas, certas formas de uso e de circulações passam a ser não sancionadas ou vigiadas, ou até mesmo punidas moralmente. Pode-se citar com ilustração uma praticante de rumba<sup>3</sup> que deixou de ir a esses espaços por conta de olhares que recebia pela sua vestimenta – no caso o tênis – não ser adequada para a prática.

Isso pode parecer trivial, mas são esses tipos de movimentos que o controle normativo estabelece à medida que os espaços-poder são difundidos na sociedade, no dia a dia do trabalho, na rua, no shopping, isto é, no processo de tomada de decisões cotidianas.

Essas normas sancionadas discretamente resultam de um tipo de educação – disciplinarização – estandardizada. Esse mecanismo foge ao âmbito escolar e ganha os espaços sociais ao passo que é discursivamente veiculado em todos os meios de comunicação, discretamente. Esse processo de controle massificante que envolve todos os indivíduos tende a se realizar através do processo de instrumentalização dos espaços-poder:

Ora, o que Michel Foucault objetivava na pesquisa publicada no livro *Vigiar e Punir* era pensar não apenas na prisão fechada em si mesma, em uma psicossociologia das organizações. O foco eram as práticas punitivas e sua comunicação entre diversas instituições disciplinares semelhantes às prisões [...] O que interessava era pensar um sistema atual de repartição das multiplicidades em espaços correlatos e vizinhos, judiciários e adjacentes a esses com vista a problematizar as práticas divisórias e seus efeitos políticos, econômicos, sociais, subjetivos e históricos (LEMOS, 2012, p. 144).

O espaço de Foucault em *Vigiar e Punir* é uma função localizada que tende a comunicar-se para controlar em série os corpos socialmente disciplinados. Esse processo de comunicação ocorre através do saber construído através do exame como instrumento de análise desses corpos e, conseqüentemente, esse exame encontra no espaço-poder sua potencialidade legitimadora, sua capacidade padronizadora de cálculo e processamento de corpos:

A disciplina às vezes exige cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar [...]. Em primeiro lugar, segundo o princípio da localização imediata ou do quadriculamento. Cada indivíduo no seu lugar, e em cada lugar um indivíduo [...] O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. (FOUCAULT, 2008a, p. 122-123)

É em decorrência dessas funções localizadas que o espaço-poder legitima determinadas normas de ação social, construindo o mecanismo de saber para poder controlar os corpos. O quadriculamento ou o processo de repartição do espaço e do corpo são

3 Rumba, nesse sentido, é a prática de exercícios físicos acompanhada de músicas em praças públicas implementadas ao longo de 2014 a 2016 em diversos espaços públicos da cidade de Manaus.

meios para a construção de uma maneira de interpretar a vida cotidiana, primeiramente na cidade, depois em setores ou distritos, em seguida em bairros, em quadras, na casa e no interior das casas.

Ao dispor cada canto da casa de forma quadriculada, estamos incorporando subjetividade e produzindo subjetividades, de forma que casa é também instrumento de controle, do quarto a cozinha. Isso não quer dizer que o controle é um fenômeno negativo ou positivo, mas sim que esses espaços de controle constroem as normas que socialmente apreendemos, como no caso da sala de espera. Desde a mais tenra idade somos docilizados para saber como agir nas salas de espera da vida cotidiana. Esse processo não é imposto por uma norma disposta em leis, ao contrário, é de forma discreta, por meio de olhares, de gestos, que aprendemos o que fazer ou não em determinado momento da vida.

Assim, o espaço físico é controle de subjetividade, que acaba por construir individualidades de forma estandarizada. Diz-se, portanto, que esse processo estandarizado de disciplinamento é que constitui o que chamamos de individualidade. Ao nos acharmos únicos, esquecemos que estamos imersos em regras normatizadoras que condicionam nossas escolhas em determinados momentos. A punição ocorre em estágios diferentes à medida que se é examinada a gravidade do desvio. Dessa forma, desvios sutis tendem a ter punições no campo de uma moralidade normativa, desvios grosseiros tendem a ter sanções interventivas sobre o comportamento e desvios graves implicam o acionamento de formas jurídicas punitivas sobre os corpos.

Para tanto, o espaço-poder é o lugar desse mecanismo de controle social que é ativado à medida que o poder imanente dos indivíduos passa a interagir. Todavia, esse mecanismo pode ser ativado mesmo sem que indivíduos estejam fisicamente nesse espaço, através dos processos da memória e de significação incorporados a partir desses espaços e socialmente compartilhados através da comunicação destes:

A regra das localizações funcionais vai pouco a pouco nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não

só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. (FOUCAULT, 2008a, p. 123)

Esse espaço comunica de uma forma específica que o torne útil aos dispositivos de poder, criando o que o autor irá chamar de arquipélago prisional. No entanto, essa rede de agrupamentos é fisicamente compartilhada na cidade, do prédio público ao palácio do rei, da mansão à casa popular. Ocorre que esses espaços irão comunicar posições específicas dos indivíduos que por eles passam, construindo significados socialmente compartilhados sobre a sociedade, sobre o tempo, sobre os corpos, sobre a sexualidade, sobre as identidades e sobre si próprios:

Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que os separa dos outros. A unidade não é, portanto, nem o território (unidade dominação), nem local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente (FOUCAULT, 2008a, p. 125).

Mas é a cidade – o meio urbano – que permite que essa comunicação ocorra de forma eficaz, ao passo que os processos de urbanização constituiu um marco importante para o desenvolvimento de nossa sociedade. Gerado a partir da delimitação e da construção da cidade no seio da sociedade capitalista industrial burguesa, esses processos seriados de vigilância e de disciplinarização se tornam cada vez mais incorporados dentro das lógicas cotidianas, pois a cidade é o campo de inter-relações espaciais, espaço em que se cruzam bairros, moradias, delimitado por locais sagrados ou profanos, espaços de não-lugar, territórios de legalismos e ilegalismos, onde se definem circulações e articulações, que se alteram as normas, que criam paranormatividades:

O espaço da cidade não é apenas um território com bens e pessoas, mas um lugar de circulação e de relações entre corpos e coisas, meio a ser gerido com fins de assegurar a vida e ope-

racionalizar liberdade com segurança. Os modelos militares de disciplina e organização da vida vão ganhar notoriedade nesse propósito político de gerência em nome da ordem e da prevenção ou do governo da desordem (LE-MOS, 2012, p. 142).

Se entendermos a cidade como a série normativa de espaço-poder em constante processo de comunicação, assumindo que é composta de espaços dinâmicos em disputas cotidianas, poderemos compreender como as subjetividades são condicionadas à medida que o espaço se modifica. Dessa maneira, o espaço urbano explicita as formas de controle em que vivemos, que podem inicialmente parecer motivações individuais, mas que são compartilhadas coletivamente, ou seja, subjetividades estandardizadas, como a sensação de segurança que temos em determinados lugares em detrimentos de outros.

Uma sala de aula em uma universidade, com diversas carteiras, janelas amplas, ar-condicionado, quadro branco ao fundo, com alunos, alunas e professores ocupando esses espaços, faz-nos sentir mais seguros, ao passo que nos sentimos desconfortáveis em locais desertos, como uma praça em um bairro da periferia ou ao caminhar por um beco escuro de uma rua. Como atestamos a segurança em determinados lugares e em outros não? Esses são os efeitos da normatividade sancionada sobre as subjetividades, efeitos de classificação do mundo, que são sobrepostos a experiências apreendidas sobre os lugares, que constituem nossas pré-noções:

A norma é difusa e indireta; ela funciona como padrão culturalmente construído a partir do qual uma multiplicidade de indivíduos é cindida por dentro, entre normais e anormais. A esse propósito explica-se a estandardização do ensino e a criação das escolas normais do século XVIII; ou ainda a constituição de um corpo médico a fim de colocar em prática as normas gerais da saúde, a partir das quais uma coletividade é distribuída entre indivíduos saudáveis e doentes (CANDIOTTO, 2012, p. 21).

Os efeitos desses mecanismos, aparelhos e dispo-

sitivos em nossa subjetividade é dilacerador ao mesmo tempo que constituintes, pois à medida que nos deparamos com os processos de normatização silenciosa que decorre ao longo de nossa vida – em que há comportamentos para a infância e para o adulto, comportamentos quando saudável ou doente, há comportamentos sobre como amar ou como odiar – confrontamo-nos também com sentidos e memórias que compõem nossas relações cotidianas. O espaço-poder se encontra no quarto em que vivemos e dormimos, em espaços-virtuais em que debatemos políticas e triviais, nas formas de comunicação como a escrita de um artigo ou um meme<sup>4</sup> na internet. Todos esses elementos seguem essas normas sancionadas socialmente. Chegamos a tal grau de controle quadricular sobre os copos que mesmo os desvios são regidos por normas sancionadas e legitimadas por espaços-poder.

Foucault, posteriormente, iria apresentar o espaço como um meio interpretativo do poder-saber. Nesse sentido, o espaço vem à tona na mesma proporção em que as preocupações com o posicionamento dos indivíduos nesses espaços são tomadas como um problema para estes saberes, na medida em que a produção desse espaço é a produção do poder e do saber.

Se o espaço é uma relação de posicionamentos, isso quer dizer que para situá-lo em seu tempo e lugar, faz-se necessário colocá-lo em relação a outros pontos de posicionamento. Isso significa a construção inter-relacional entre espaços à medida que a perspectiva do saber-poder se altera:

Houve, certamente, uma certa dessacralização teórica do espaço (aquele que a obra de Galileu provocou), mas talvez não tenhamos ainda chegado a uma dessacralização prática do espaço. E talvez nossa vida ainda seja comandada por um certo número de oposições nas quais se pode tocar, as quais a instituição e a prática ainda não ousaram atacar: oposições que admitimos como inteiramente dadas: por exemplo, entre o espaço privado e o espaço público, entre o espaço da família e o espaço social, entre o espaço cultural e o espaço útil,

4 Uma representação de informação utilizada através de um desenho, tira em quadrinhos, fotografias ou imagens que visa passar uma determinada mensagem, muitas vezes humorística.

entre o espaço de lazer e o espaço de trabalho, todos são ainda movidos por uma secreta sacralização. (FOUCAULT, 2009, p. 413)

Essa secreta sacralização perpassa o conjunto de sentidos que os sujeitos compõem aos espaços, que envolve os mecanismos de normatização e acionamento dentro do conjunto de interação que os sujeitos estão expostos e se expõem dentro desses espaços. Esses segredos, esses não ditos, são que tornam possíveis a própria construção de um espaço interativo e espaço-poder e refirma nos sujeitos tipos de acionamentos que são compreendidos como naturais, dados naturalmente como certos, como referências de posicionamentos seguros que não se alteram, quando na verdade estão em constante movimento.

Mas esses segredos sagrados de nosso cotidiano não são particulares como pensamos. De outro modo, eles são forças normativas que advêm de diversos lugares, são signos linguísticos que decodificamos constantemente no espaço, são as grades que colocamos nas janelas viradas para a rua, são trancas em portas, é a senha no celular, são os procedimentos de segurança do banco, a série de números no CPF. Todos esses elementos subjetivados e subjetivantes são os que compõem nossa vida cotidiana, que nos apresentam como essenciais, são dispositivos de acionamentos e ao mesmo tempo de controle, mecanismos sociais estandardizados.

O espaço-poder na sociedade é dicotômico no sentido de que, para se conseguir se libertar do controle, é preciso adentrar ainda mais nos mecanismos de controle para se saber manipular e desviar de forma eficaz. Na vida cotidiana fazemos isso através de nossa comunicação, quando delimitamos nosso espaço em relação ao espaço do outro, quando formalizamos regras específica de convivência entre a nós mesmos. Essas paranormatizações que construímos é que tornam possíveis os desvios de controle:

O problema é que nas sociedades atuais não somente a delinquência é regulada, mas a própria vida em seu aspecto imanente, privado, doméstico e cotidiano passou a ser gerida por uma nova economia do poder, ou por uma política que se deixa determinar (CANDIOTTO, 2012, p. 23).

## REFLEXÕES IMPORTANTES SOBRE O ESPAÇO

A construção do espaço como um mecanismo de subjetivação torna possível a compreensão deste a partir de um viés sociológico que permita entender as disposições – ou dispositivos – que compõem a construção de sentidos e memórias sociais que são compartilhadas a partir desses espaços. Desta maneira, buscamos uma abordagem que leve em consideração que o espaço interativo é parte componente das relações de poder e controle que comunicam normas e microestruturas cotidianas.

Essa preocupação com uma análise desse cotidiano desponta com uma certa pertinência para uma leitura do espaço a partir da construção de estratégias e saberes sociais que possam, além de explicitar as regras de um jogo social de posições de indivíduos, também nos auxilia a entender a construção de estratégias em que as diversas subjetividades se encontram em xeque.

Foucault, ao falar da construção de um corpo de saberes a respeito do espaço, indica que essa preocupação com o espaço deve ter em mente os aspectos gerais que estruturam ou constituem esse fenômeno, do mesmo modo que os aspectos que podem ser nomeados como microssociais, do mesmo modo essa história espacial significa pôr em perspectivas elementos que seriam cruciais do dia a dia, que temos como dado, que envolve mesmo a tomada de ação por indivíduos que delimitam a paisagem e a elaboração de um espaço de convivência compartilhado.

O esforço muitas vezes de interpretar alguns elementos das obras desses autores ampara-se na busca por uma compreensão articulada com o entendimento específico sobre um espaço que se encontra em modificação, que não é apenas um lugar ou ambiente que de forma passivamente é dado naturalmente. Essa busca, muitas vezes e de certo modo, repetitiva por demonstrar que se tratam de relações estruturadas e estruturantes, individualmente acionadas e coletivamente compartilhadas, tem como objetivo apresentar uma conceituação espacial que possa ser pertinente para uma reflexão sociológica da construção do lugar e dos lugares em que essas ações se realizam, em que os fenômenos sociais coabitam em processos constantes de subjetivação e in-

tersubjetivação em um tempo e espaço particulares.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CANDIOTTO, César. **Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência**. In: *Psicologia & Sociedade*, 24(n.spe.): 18-24. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 35. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 25 de janeiro de 1978 – Características gerais dos dispositivos de segurança (III): a normalização & Aula de 5 de abril de 1979 – A urbanização do território**. In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Outros Espaços**. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.

FREHSE, Fraya. **Erving Goffman, sociólogo do espaço**. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23. Nº. 68. Outubro/2008.

GOFFMAN, Erving. **As características das Instituições Totais & a carreira moral do doente mental**. In: *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Sobre a preservação da fachada – uma análise dos elementos rituais na interação social & sintomas mentais e a ordem pública**. In: GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. **História do espaço e governamentalidade em Michel Foucault**. In: *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 36, p.138-148, jan-jun. 2012.